

# RETORNO SOCIAL DO INVESTIMENTO NA EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EJA-EPT): UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL NO IFAM CAMPUS MAUÉS

*SOCIAL RETURN ON INVESTMENT IN INTEGRATED YOUTH AND ADULT EDUCATION WITH PROFESSIONAL EDUCATION (EJA-EPT): AN ANALYSIS OF SOCIAL IMPACT AT IFAM CAMPUS MAUÉS*

Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos<sup>1</sup>  
Favio Akiyoshi Toda<sup>2</sup>

<https://doi.org/10.31417/nexus.v12i18.590>

**Resumo:** Este estudo teve como motivação a necessidade de avaliar o impacto social gerado pela Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Tecnológica (EJA-EPT), no âmbito das políticas públicas de integração entre a educação básica e a educação profissional destinadas à modalidade EJA, no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Maués. O objetivo principal foi quantificar o retorno social do investimento educacional por meio da metodologia SROI (*Social Return on Investment*) e medir as mudanças significativas geradas na vida dos beneficiários do projeto. A pesquisa utilizou a Teoria da Mudança para mapear a cadeia de valor da EJA-EPT, com foco em indicadores sociais como responsabilidade nas relações sociais, perspectivas de futuro e desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais. O método envolveu a coleta de dados por meio de questionários aplicados aos egressos do curso de Informática Básica, além de análise documental e bibliográfica. A avaliação SROI permitiu converter resultados qualitativos em termos monetários, proporcionando uma medida objetiva do impacto social gerado pela iniciativa. Os resultados indicaram impacto significativo nas dimensões analisadas, com mais de 90% dos participantes relatando mudanças positivas. Conclui-se que a EJA-EPT gerou retorno social relevante, contribuindo para a inclusão educacional e profissional de jovens e adultos.

**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos, avaliação de impacto social, SROI.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração pela UFRRJ, Contadora, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas, Reitoria, IFAM, e-mail: [marlena.raquel@ifam.edu.br](mailto:marlena.raquel@ifam.edu.br).

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela PUC-Rio, Docente, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, e-mail: [favio.toda@uol.com.br](mailto:favio.toda@uol.com.br)

**Abstract.** *This study was motivated by the need to assess the social impact generated by Youth and Adult Education Integrated with Vocational Education (Integrated YAE – EPT), within the framework of public policies aimed at integrating basic education and vocational education for the YAE program, in the context of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Amazonas (IFAM), Maués Campus. The main objective was to quantify the social return on educational investment using the SROI (Social Return on Investment) methodology and to measure the significant changes generated in the lives of the project's beneficiaries. The research utilized the Theory of Change to map the value chain of Integrated EJA – EPT, focusing on social indicators such as responsibility in social relationships, future prospects, and the development of social and professional skills. The method involved data collection through questionnaires administered to graduates of the Basic Computer Science course, as well as documentary and bibliographic analysis. The SROI assessment allowed for the conversion of qualitative results into monetary terms, providing an objective measure of the social impact generated by the initiative. The results indicated a significant impact in the dimensions analyzed, with over 90% of participants reporting positive changes. It is concluded that Integrated Adult Education (EJA) – EPT generated a significant social return, contributing to the educational and professional inclusion of youth and adults.*

**Keywords:** *youth and adult education, social impact assessment, SROI.*

## INTRODUÇÃO

Avaliação de Impacto Social (AIS) constitui uma prática crescente em organizações que buscam mensurar os efeitos de suas intervenções na sociedade, envolvendo a identificação, previsão e análise das mudanças sociais geradas, com foco no engajamento dos stakeholders e no alinhamento das ações institucionais às demandas da comunidade (IAIA, 2009). No Brasil, instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas vêm empregando essas técnicas na avaliação de políticas financiadas com recursos públicos (Seixas; Junior, 2022).

Nesse contexto, o presente trabalho avalia o impacto social da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), política pública voltada à inclusão educacional e profissional de jovens e adultos, por meio da aplicação da metodologia *Social Return on Investment* (SROI), que permite mensurar monetariamente o valor social gerado pelas intervenções (Clark *et al.*, 2004).

A pesquisa tem como objetivos mapear a cadeia de valor do Programa EJA-EPT, aplicar indicadores estruturados a partir da Teoria da Mudança e estimar o retorno social do investimento realizado. Espera-se, com isso, contribuir para o fortalecimento da avaliação de políticas educacionais, oferecendo evidências sobre a efetividade da integração entre educação básica e formação profissional. Os resultados alcançados podem influenciar diretamente a tomada de decisão em políticas públicas, ao fornecer dados concretos sobre a eficácia e o valor social de programas como o Programa EJA-EPT, além de apoiar o aprimoramento contínuo de iniciativas voltadas à inclusão e capacitação de jovens e adultos no Brasil.

## BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA EJA-EPT

A implementação da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) fundamenta-se em uma proposta educacional inclusiva voltada à integração entre formação básica e qualificação profissional de jovens e adultos que não concluíram a escolarização na idade regular (Silva & Souza, 2020). Essa integração entre educação básica e formação técnica é apontada como elemento essencial para promover a inclusão de grupos historicamente excluídos do sistema educacional, ampliando suas oportunidades de formação e inserção social (Freitas & Lima, 2021). A política se ancora na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (Lei nº 9.394/1996), atualizada pela Lei nº 11.741/2008, e no Decreto nº 5.840/2006, que instituiu o PROEJA como estratégia de ampliação do acesso à educação integrada no país.

Estudos indicam que a integração entre educação básica e formação profissional constitui um dos principais diferenciais do programa, favorecendo a inclusão educacional e social dos estudantes e ampliando suas perspectivas de inserção no mundo do trabalho e construção de projetos de vida (Moura & Henrique, 2012; Barbosa & Melo, 2021). Além disso, ambientes pedagógicos participativos e metodologias adaptadas às especificidades da modalidade EJA contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a redução da evasão escolar (Mendonça, 2010; Farai & Assis, 2014).

O programa EJA-EPT insere-se no contexto das estratégias nacionais de ampliação da oferta de formação integrada para jovens e adultos previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente em atendimento à Meta 10, que estabelece a ampliação das matrículas da EJA articuladas à educação profissional. Nesse sentido, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) em articulação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), instituiu o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA-EPT), com o objetivo de fomentar a oferta de cursos integrados à qualificação profissional, especialmente na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), em regime de colaboração com redes municipais de ensino.

A escolha das instituições participantes concentrou-se na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando a experiência acumulada desde 2006 na oferta de cursos no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840/2006. A seleção ocorreu com base em indicadores educacionais da Plataforma Nilo Peçanha, especialmente taxa de evasão, eficiência acadêmica e relação entre inscritos e vagas ofertadas, evidenciando a capacidade institucional de execução da política pública. No âmbito dessa iniciativa, estabeleceu-se a oferta integrada entre o ensino fundamental na rede municipal e cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 200 horas na Rede Federal, mediante construção conjunta de projetos pedagógicos integrados e articulação político-administrativa entre as instituições envolvidas (Brasil, 2013).

## PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL E SUA INTRODUÇÃO NO BRASIL

A avaliação visa aprimorar programas e serviços ao identificar seus pontos fortes e fracos, orientando-se por experiências passadas para verificar sua eficiência e eficácia, sempre alinhadas aos objetivos estabelecidos (Cohen & Franco, 1999; Hartz, 2006; Uchimura & Bosi, 2002). A avaliação foca no cumprimento de metas e objetivos por meio de abordagens técnico-científicas que buscam agregar valor em termos de eficiência, eficácia e efetividade em todas as etapas dos projetos (Mokate, 2002; Minayo, 2005). As empresas também utilizam essas práticas para justificar o uso de recursos e prazos, subsidiando decisões relacionadas à modificação ou expansão de projetos e políticas públicas (Finkler & Dell'Aglio, 2013).

A avaliação constitui instrumento essencial para o aprimoramento de projetos sociais, pois a ausência de mecanismos sistemáticos de monitoramento pode comprometer a eficiência na utilização dos recursos públicos (Cotta, 2014). O conceito de impacto social consolidou-se inicialmente no campo da avaliação ambiental, ampliando-se posteriormente para abranger dimensões sociais, culturais e socioeconômicas das intervenções públicas e privadas (Iaia, 2009).

O reconhecimento oficial da Avaliação de Impacto ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que destacou sua importância global (IAIA, 2009). Em 2000, com o apoio de 189 países, as Metas do Milênio da ONU foram estabelecidas, servindo como um marco para integrar o

desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais (IPEA, 2013). Diversas convenções internacionais e bancos multilaterais, como os signatários dos Princípios do Equador, adotaram diretrizes para assegurar a responsabilidade ambiental e social no financiamento de grandes projetos (IAIA, 2009).

A Avaliação de Impacto Social (AIS) desenvolveu-se como campo interdisciplinar a partir da segunda metade do século XX, inicialmente vinculada à Avaliação de Impacto Ambiental, mas posteriormente estruturada como abordagem própria voltada à compreensão das mudanças produzidas na vida das pessoas em decorrência de intervenções sociais (Finkler & Dell'Aglio, 2013; Vanclay et al., 2015; Roche, 2003). Nesse contexto, a AIS passou a assumir papel relevante na melhoria da governança pública e no alinhamento das políticas às necessidades dos stakeholders (IAIA, 2009), pois o processo de AIS envolve identificar, prever, analisar e mitigar os impactos sociais, engajando stakeholders e alinhando as decisões com as necessidades da comunidade (IAIA, 2009), enquanto o impacto social é definido como mudanças significativas na vida das pessoas provocadas por uma intervenção (Roche, 2003).

No Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável no cenário internacional. Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) reafirmou os compromissos assumidos na ECO-92 e em outras cúpulas globais, resultando no documento final intitulado "O Futuro que Queremos" (UNEP, 2012). Como desdobramento, iniciou-se o processo de construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que vieram a substituir e ampliar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo posteriormente consolidados na Agenda 2030, composta por 17 objetivos globais voltados à promoção do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

As metodologias de avaliação foram progressivamente incorporadas à legislação brasileira, destacando-se a Análise de Impacto Regulatório (AIR), a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) e avaliações ex ante e ex post, que subsidiam decisões públicas baseadas em evidências (Seixas & Junior, 2022). Essas abordagens utilizam métodos experimentais e não experimentais: os primeiros baseiam-se na formação de grupos de controle por alocação aleatória, considerados padrão-ouro na avaliação de intervenções, enquanto os segundos recorrem à construção de contrafactuais quando a randomização não é viável (White, 2010; IDIS, 2015).

Uma ferramenta importante nesse contexto é o protocolo SROI – "Social Return on Investment" ou "Retorno Social do Investimento", utilizado para demonstrar o valor social do trabalho de entidades sem fins lucrativos (Watson, Evans, Karvonen & Whitley, 2016). O SROI quantifica o impacto social em termos monetários, permitindo que organizações demonstrem o valor agregado de suas atividades, facilitando a comunicação com financiadores e partes interessadas (Millar & Hall, 2013). Instituições como a Social Value UK e a Robert Enterprise Development Fund (REDF) nos Estados Unidos desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento do SROI, que combina a análise de custo-volume-lucro (Watson, Evans, Karvonen & Whitley, 2016)

Desenvolvido na década de 1990 pela REDF e aprimorado pela New Economics Foundation (NEF) no Reino Unido, o SROI usa uma metodologia padronizada baseada na análise de custo-benefício, atribuindo valor monetário aos retornos sociais com o uso de proxies financeiras (Watson, Evans, Karvonen & Whitley, 2016). Essas proxies permitem

que as organizações transformem impactos qualitativos em valores monetários, facilitando a comparação entre diferentes intervenções sociais (Arvidson et al., 2013).

A Social Value UK define o SROI como uma estrutura de mensuração do valor social, ambiental e econômico das intervenções, incorporando a percepção dos stakeholders para capturar mudanças não evidenciadas por métodos tradicionais de avaliação (Social Value UK, 2021; Nicholls, 2009). Relacionado à abordagens econômicas como análise custo-benefício, taxa interna de retorno e valor presente líquido, o SROI utiliza a Teoria da Mudança para compreender a relação entre insumos, produtos e resultados, consolidando-se como ferramenta relevante na avaliação de intervenções sociais (Clark et al., 2004).

## METODOLOGIA

A abordagem adotada neste trabalho combina métodos quantitativos e qualitativos, permitindo uma avaliação abrangente do impacto social do Programa no Campus Maués. A integração dessas abordagens possibilita analisar, tanto aspectos objetivos quanto subjetivos das mudanças geradas pelo projeto.

No aspecto quantitativo, a pesquisa traduz dados e percepções em métricas mensuráveis, utilizando procedimentos estatísticos como médias e porcentagens para interpretação das informações, conforme orientam Prodanov e Freitas (2013). Esses dados subsidiam a mensuração dos indicadores e a avaliação do retorno social sobre o investimento por meio da metodologia *Social Return on Investment* (SROI).

O SROI foi desenvolvido com base em princípios como o envolvimento das partes interessadas, a compreensão das mudanças ocorridas e a valoração das transformações socialmente relevantes. A metodologia segue seis etapas: definição do escopo e identificação dos stakeholders; mapeamento dos resultados com base na Teoria da Mudança; evidência e valoração monetária dos resultados; estabelecimento do impacto por meio de parâmetros como contrafactual, atribuição e duração dos efeitos; cálculo do retorno social do investimento; e comunicação dos resultados às partes interessadas (Nicholls et al., 2012; IDIS, 2015).

Na etapa de definição do escopo, são identificados os stakeholders diretamente afetados pela intervenção, enquanto o mapeamento dos resultados permite relacionar atividades, produtos e impactos esperados. A evidência dos resultados envolve a utilização de proxies financeiras para estimar o valor social de mudanças não diretamente monetárias (Nicholls et al., 2012). Posteriormente, o estabelecimento do impacto considera fatores como contrafactual, atribuição e duração dos efeitos, permitindo maior precisão na estimativa dos resultados atribuíveis à intervenção. O cálculo do SROI baseia-se na relação entre o valor presente líquido dos benefícios e o montante investido, podendo incluir análise de sensibilidade para verificação da robustez das estimativas (Nicholls et al., 2012).

Complementarmente, a abordagem qualitativa permite compreender as percepções e experiências dos stakeholders envolvidos. De acordo com Denzin e Lincoln (2011, *apud* Creswell, 2014), a pesquisa qualitativa possibilita interpretar fenômenos sociais em seus contextos naturais. Nesse estudo, foram utilizados questionários e entrevistas semiestruturadas para analisar as transformações percebidas pelos participantes do curso de Informática Básica.

A pesquisa foi conduzida por meio de estudo de caso, estratégia adequada à investigação de fenômenos contemporâneos em contextos reais (Yin, 2015), tendo como campo empírico o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Maués.

O universo da pesquisa foi composto por 50 alunos matriculados no curso de Informática Básica do Programa EJA-EPT, do ano de 2023, dos quais, 39 foram certificados. A amostra caracteriza-se como não probabilística por adesão, o que implica limitações quanto à generalização dos resultados, devendo estes ser interpretados no contexto específico da intervenção analisada.

A coleta de dados corresponde à etapa da pesquisa em que se definem as fontes e os procedimentos utilizados para obtenção das informações necessárias ao estudo (PRODANOV; Freitas, 2013). Na etapa quantitativa, foi aplicado um questionário estruturado elaborado na plataforma Google Forms, sua aplicação ocorreu presencialmente, considerando as limitações de acesso à internet na região e contou com 27 respondentes, considerados beneficiários diretos da intervenção educacional. Os dados qualitativos foram complementados por entrevistas com gestores e coordenadores do programa, além de análise documental realizada no período de março de 2023 a abril de 2024.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de definição do escopo e identificação dos stakeholders, seguiu-se a primeira etapa do protocolo SROI, que envolve a delimitação da análise e das estratégias de envolvimento dos atores participantes (Nicholls *et al.*, 2012). A análise concentrou-se no curso de Informática Básica ofertado pelo IFAM Campus Maués, no período de março de 2023 a abril de 2024.

No processo de avaliar o impacto social gerado pelo Programa e compreender a dinâmica das mudanças promovidas pela intervenção foram identificados stakeholders diretos e indiretos relacionados ao projeto, sendo os alunos considerados os principais stakeholders diretamente afetados. Como stakeholders indiretos, destacam-se familiares, professores, gestores institucionais e atores do mercado de trabalho. Para fins analíticos, priorizou-se o grupo de alunos, em razão do maior nível de exposição à intervenção e do potencial de mudança associado ao programa, conforme os critérios metodológicos do SROI (Nicholls *et al.*, 2012).

Na etapa de mapeamento dos resultados, conforme Nicholls *et al.* (2012), a construção da Teoria da Mudança requer a definição de relações lógicas entre atividades, outputs e outcomes. No contexto do Programa EJA-EPT, adotou-se como referência a categoria analítica proposta por Silva (2020), considerando o compromisso institucional do IFAM com a expansão, interiorização e democratização da educação profissional e tecnológica.

Adicionalmente, foram utilizados indicadores previamente estabelecidos com base em avaliação social de cursos técnicos conduzida pelo IDIS (2016), selecionada pela similaridade com os objetivos do Programa. A partir desses elementos, foi estruturada a Teoria da Mudança do curso de Informática Básica, conforme apresentado na Figura 2.

Para mensurar a intensidade das mudanças percebidas pelos beneficiários, os indicadores, derivados da Teoria da Mudança e referentes aos resultados de curto e médio prazo foram operacionalizados por meio do questionário estruturado, composto por afirmações avaliadas em escala de 1 a 10, refletindo a percepção dos participantes quanto aos resultados da intervenção. Esses indicadores foram mensurados a partir das médias das respostas atribuídas aos itens do questionário, posteriormente convertidas em proporções em relação ao valor máximo da escala, representando a intensidade média dos resultados percebidos pelos beneficiários.

Figura 2 – Teoria da Mudança do Programa EJA-EPT – Curso de Informática Básica



Fonte: Adaptação IDIS (2016).

A incidência dos resultados foi estimada a partir da aplicação dessas proporções ao total de beneficiários certificados, permitindo obter o número equivalente de participantes com elevado nível de mudança percebida em cada indicador. A título de exemplo, no indicador “Ética e responsabilidade nas relações sociais”, a afirmação “Passei a sentir mais empatia pelas pessoas ao meu redor” apresentou média de 9,67 em uma escala de 1 a 10, correspondendo a 96,67% do valor máximo da escala. Aplicando-se essa proporção ao total de 39 beneficiários certificados, obtém-se um equivalente de 38 participantes com alto nível de mudança percebida nesse aspecto.

Ressalta-se que essa equivalência não representa uma contagem direta de indivíduos, mas uma aproximação quantitativa da intensidade do resultado, baseada na percepção autorreferida dos participantes e adotada para viabilizar sua utilização no cálculo do SROI. Esse procedimento foi replicado para todos os indicadores analisados, conforme apresentado na Tabela 1.

A mensuração do impacto considerou a necessidade de isolar os efeitos atribuíveis exclusivamente ao programa, incorporando ajustes metodológicos relacionados ao

contrafactual, atribuição e deslocamento, conforme orientações do Guide to SROI (Nicholls *et al.*, 2012).

Tabela 1 - Resumos dos percentuais de mudanças para os indicadores

Indicadores	Média das 27 Respostas obtidas	% das respostas obtidas	Total de Alunos Certificados no período	Equivalência em nº de pessoas impactadas
Ética e responsabilidade na relação com família, amigos e sociedade	9,796296296	97,96%	39	38
Perspectivas de futuro e disposição em perseguir objetivos	9,59	95,86%	39	37
Formação profissional de excelência	9,175925926	91,76%	39	36
Desenvolvimento de habilidades sociais	9,533333333	95,33%	39	37

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2024).

A seleção das proxies seguiu o princípio de valoração das mudanças relevantes para os stakeholders (Nicholls *et al.*, 2012). Nessa etapa, foram utilizadas proxies que pudessem estimar o valor monetário dos resultados sociais observados, permitindo a conversão de *outcomes* não financeiros em valores comparáveis. Para o Programa EJA-EPT, as proxies selecionadas refletiram mudanças associadas aos seguintes indicadores:

- **Ética e responsabilidade nas relações sociais:** estimada com base no custo de programas de conscientização social e treinamentos éticos em organizações, conforme dados institucionais e relatórios de entidades como ABRH Brasil e Sebrae.
- **Perspectiva de futuro e disposição para perseguir objetivos:** estimada a partir da média salarial de ocupações que exigem conhecimentos básicos de informática como requisito de inserção no mercado de trabalho.
- **Formação profissional de excelência:** estimada com base no valor investido em cursos de qualificação profissional em informática com carga horária equivalente à ofertada pelo EJA-EPT.
- **Desenvolvimento de habilidades sociais:** estimado a partir do custo médio de remuneração de atividades desenvolvidas em instituições filantrópicas e organizações sem fins lucrativos no município de Manaus.

No cálculo do SROI, foi adotada uma taxa de desconto de 3%, refletindo o valor presente dos benefícios futuros, bem como um percentual de drop-off de 10%, representando a redução gradual dos efeitos ao longo do tempo, conforme recomendado na literatura (Nicholls *et al.*, 2012). Lingane e Olsen (2004) destacam em seu estudo que uma taxa de 10% de drop-off é comum em intervenções sociais, especialmente em iniciativas educacionais e de capacitação, onde os beneficiários podem começar a depender de novas experiências, como empregos ou outros programas, o que pode diluir os efeitos diretos da intervenção original.

No levantamento dos custos diretos de recursos humanos financiados pelo Programa, o valor total executado no Curso de Informática Básica do IFAM Campus Maués foi de R\$ 66.010,17 (sessenta e seis mil, dez reais e dezessete centavos), distribuído entre as funções

de coordenação, docência e apoio acadêmico. O curso contou com 50 alunos matriculados, dos quais, 39 foram certificados, resultando em taxa de certificação de 78%.

A tabela a seguir apresenta o resumo de todas as variáveis apresentadas nos tópicos anteriores e o valor final dos benefícios sociais gerados calculados pelo modelo SROI:

Tabela 2 – Valoração dos Indicadores por meio das *Proxis* Financeiras

Indicadores	Ética e responsabilidade na relação com família, amigos e sociedade	Perspectivas de futuro e disposição em perseguir objetivos	Formação profissional de excelência	Desenvolvimento de habilidades sociais
<b>Investimento</b>	R\$ 66.010,17			
<b>Incidência do Resultado</b>	38	37	36	37
	98%	96%	92%	95%
<b>Contrafactual</b>	68,52%	60,0000%	62,22%	67,78%
<b>Atribuição de outras iniciativas</b>	50,33%	51,30%	50,62%	50,35%
<b>Proxies financeiras</b>	R\$ 10.000,00	R\$ 3.416,67	R\$ 1.204,02	R\$ 18.504,46
<b>Período de benefício</b>	7,04	7	7,3	7,3
<b>Cálculo do resultado ajustado</b>	5,97	7,28	6,68	5,95
<b>Valor Social Gerado (sem desconto)</b>	R\$ 420.591,42	R\$ 174.180,14	R\$ 58.672,39	R\$ 803.540,37
<b>Taxa de drop-off (anual) do período</b>	10%	10%	10%	10%
<b>Valor Social Gerado (aplicação do DROP-OFF anual)</b>	R\$ 200.321,55	R\$ 83.309,82	R\$ 27.189,68	R\$ 372.372,86
<b>Valor Social Gerado (sem desconto)</b>	R\$ 200.321,55	R\$ 83.309,82	R\$ 27.189,68	R\$ 372.372,86
<b>Taxa de desconto</b>	3%	3%	3%	3%
<b>Valor presente do valor social gerado</b>	R\$ 162.687,28	R\$ 67.738,51	R\$ 21.912,52	R\$ 300.100,20
	R\$ 552.438,51			

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O valor social gerado por categoria foi calculado com base nas proxies financeiras, incidência do resultado, período de benefício, taxa de *drop-off*, contrafactual e atribuição foi obtida aplicando -se a seguinte fórmula:

Quadro 2 - Fórmula para Cálculo do Valor Social Gerado

$$\text{Valor Social Gerado} = \text{Proxy Financeira} \times \text{Incidência do Resultado} \times \text{Período de Benefício} \times (1 - \text{Contrafactual}) \times (1 - \text{Atribuição}) \times (1 - \text{Drop-off})$$

Fonte: Adaptado de Nicholls *et al.* (2012).

A aplicação do modelo SROI permitiu estimar os benefícios sociais gerados em cada dimensão analisada. Os resultados indicaram maior contribuição dos indicadores relacionados ao desenvolvimento de habilidades sociais e à ética e responsabilidade, evidenciando impactos relevantes tanto em aspectos técnicos quanto comportamentais. Para o indicador Ética e responsabilidade, estimou-se o valor social de R\$ 307.417,69; para Perspectivas de futuro, R\$ 67.738,51; para Formação profissional, R\$ 21.912,52; e para Desenvolvimento de habilidades sociais, R\$ 300.100,20, refletindo a magnitude dos benefícios sociais associados a cada dimensão analisada.

A Tabela 3 apresenta os resultados da avaliação de impacto social aplicada ao curso de Informática Básica do Programa, utilizando a metodologia SROI, que permite estimar a relação entre os benefícios sociais gerados e o investimento realizado. Considerando a taxa de desconto de 3%, observam-se os resultados apresentados a seguir.

Tabela 3 – Cálculo SROI

<b>Indicador</b>	<b>Valor</b>
<b>Taxa de Desconto</b>	3%
<b>Valor Presente dos Benefícios Sociais Gerados</b>	R\$ 552.438,51
<b>Valor Presente do Investimento Realizado</b>	R\$ 66.010,17
<b>Coefficiente SROI</b>	8,37

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O coeficiente SROI de 8,37 indica que, para cada R\$ 1,00 investido no curso de Informática Básica, foram gerados R\$ 8,37 em benefícios sociais, evidenciando elevada eficiência na aplicação dos recursos públicos. Conforme Nicholls *et al.* (2012), um coeficiente SROI igual ou superior a 1 já representa retorno social positivo, de modo que o valor observado indica impacto social expressivo. Os maiores retornos concentraram-se nos indicadores Desenvolvimento de Habilidades Sociais e Ética e Responsabilidade, evidenciando que o programa produz efeitos relevantes não apenas na qualificação técnica, mas também no fortalecimento de competências socioemocionais dos participantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a relevância da mensuração de resultados em organizações voltadas à promoção de serviços à sociedade, destacando a importância do uso de metodologias estruturadas de avaliação de impacto social. A partir do mapeamento da cadeia de valor do Programa EJA-EPT, fundamentado na Teoria da Mudança, foi possível identificar, mensurar e valorar os resultados gerados, culminando na estimativa do retorno social do investimento por meio da metodologia SROI.

Os resultados obtidos indicaram um coeficiente SROI de 8,37, evidenciando que o programa gera valor social significativo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de habilidades sociais, fortalecimento de valores éticos e ampliação das perspectivas de futuro dos beneficiários, reforçando o papel do programa como instrumento de inclusão educacional e transformação social.

Apesar dos avanços proporcionados pela aplicação do SROI, o estudo também evidenciou limitações inerentes à metodologia, especialmente no que se refere à disponibilidade de dados, à definição de proxies financeiras e à operacionalização de variáveis subjetivas. A utilização de amostra não probabilística e a priorização de determinados stakeholders, em função de limitações operacionais, também podem influenciar a precisão das estimativas, assim como a dependência de percepções autorreferidas na mensuração dos resultados. O SROI, embora promissor, ainda apresenta desafios quanto à padronização e replicabilidade em contextos educacionais brasileiros, em razão da ausência de bases consolidadas e parâmetros amplamente validados para definição de proxies financeiras, o que limita a comparabilidade entre estudos.

Como agenda de pesquisa futura, sugere-se o aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados, a ampliação do número de stakeholders envolvidos na avaliação e a adoção de abordagens longitudinais para acompanhamento da persistência dos impactos ao longo do tempo, além do desenvolvimento de estudos comparativos e bases de referência para proxies financeiras, contribuindo para o fortalecimento do SROI como ferramenta de avaliação de impacto social em políticas públicas educacionais.

## REFERÊNCIAS

ARVIDSON, M.; LYON, F.; MCKAY, S.; MORO, D. Valuing the social? The nature and controversies of measuring social return on investment (SROI). **Voluntary Sector Review**, v.4, n. 1, p. 3-18, 2013.

BARBOSA, R. A.; MELO, G. S. Avaliação de Impacto Social: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394/96: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). **Diário Oficial da União, Brasília**, 14 jul. 2006.

BRASIL. Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020. Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam os arts. 5º e 6º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 2020.

CLARCK, C.; ROSENBLOOM, J.; KALAFUT, T. **Measuring social impact: Lessons from California's nonprofits**. San Francisco: REDF, 2004.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COTTA, M. O. Avaliação de projetos sociais. São Paulo: Atlas, 2014.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FARAI, M. A.; ASSIS, S. M. de. PROEJA: desafios e perspectivas na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional. **Revista Educação & Tecnologia**, v. 19, n. 2, 2014.

FREITAS, R.; LIMA, A. O. Inclusão e formação profissional no PROEJA: desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-20, 2021.

FINKLER, L.; DELL'AGLIO, D. **Impactos sociais de intervenções: uma análise crítica.** Revista de Avaliação de Impacto, v. 22, p. 15-28, 2013.

HARTZ, Z. M. A. Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implementação de programas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 8, p. 177-190, 2006.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT (IAIA). What is impact assessment? Fargo: IAIA, 2009. Disponível em: <https://www.iaia.org>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Protocolo SROI: retorno social do investimento.** São Paulo: IDIS, 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): Relatório 2013.** Brasília: IPEA, 2013.

LINGANE, A.; OLSEN, S. **Guidelines for Social Return on Investment.** California Management Review, v. 46, n. 3, p. 116-135, 2004.

MENDONÇA, A. **A interação entre professores e alunos no PROEJA:** construção de vínculos sociais. Revista de Educação Profissional, v. 10, p. 98-112, 2010.

MILLAR, R.; HALL, K. **Social return on investment (SROI) and performance measurement:** the opportunities and barriers for social enterprises in health and social care. Public Management Review, v. 15, p. 923-941, 2013.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. **PROEJA: entre desafios e possibilidades.** Holos, Natal, v. 28, n. 2, p. 114-129, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOKATE, K. M. **Avaliação de políticas públicas:** teoria e prática. Revista de Políticas Públicas, v. 3, n. 1, p. 15-28, 2002.

NICHOLLS, J.; LAWLOR, E.; NEITZERT, E.; GOODLAND, H. **A guide to social return on investment.** London: The Cabinet Office, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 17 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 17 mar. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHE, C. **Impact assessment for development agencies: learning to value change**. Oxford: Oxfam, 2003.

SEIXAS, J. R.; JUNIOR, C. D. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: desafios e avanços**. Revista de Políticas Públicas, v. 3, p. 45-61, 2022.

SILVA, M. A.; SOUZA, F. D. **Inclusão social através do PROEJA: um estudo de caso**. Educação e Sociedade, v. 41, p. 12-30, 2020.

SOCIAL VALUE UK. What is SROI?. 2021. Disponível em: <https://www.socialvalueuk.org>. Acesso em: 22 out. 2024.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Rio+20 outcome document: **The future we want**. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/rio20-outcome-document-future-we-want>. Acesso em: 17 mar. 2026.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. **Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática**. Revista de Saúde Pública, v. 36, n. 1, p. 83-89, 2002.

VANCLAY, F.; ESTEVES, A. M.; AUCAMP, I.; FRANKS, D. M. Social Impact Assessment: guidance for assessing and managing the social impacts of projects. International Association for Impact Assessment, 2015. Disponível em: [https://www.iaia.org/uploads/pdf/Fastips\\_9NonTechnicalSummary.pdf](https://www.iaia.org/uploads/pdf/Fastips_9NonTechnicalSummary.pdf). Acesso em: 26 nov. 2022.

WATSON, K.; EVANS, L.; KARVONEN, A.; WHITLEY, T. SROI and public sector social impact. Social Value UK, 2016.

WHITE, Howard. **A contribution to current debates in impact evaluation**. Evaluation, v. 16, n. 2, p. 153–164, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.